



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NIDIA LARA OLIVAR

**CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES DE
NORBERT ELIAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

ERECHIM

2014

NIDIA LARA OLIVAR

**CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES DE
NORBERT ELIAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Rodrigo Manoel Dias da Silva

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Olivar, Nidia Lara

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES
DE NORBERT ELIAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR: /
Nidia Lara Olivar. -- 2014.
56 f.

Orientador: Rodrigo Manoel Dias Da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura Em Ciências Sociais, Erechim, RS , 2014.

1. Sociologia Da Educação. 2. Educação Escolar. 3.
Civilização. 4. Racionalização. 5. Norbert Elias. I.
Silva, Rodrigo Manoel Dias Da, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

NIDIA LARA OLIVAR

**CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES DE
NORBERT ELIAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Rodrigo Manoel Dias da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rodrigo M. Dias da Silva – UFFS

Prof. Clovis Schmitt Souza – UFFS

Prof. Ernesto Cassol - URI

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força que me impulsionou a desenvolver este trabalho.

Aos meus pais, Adão (*in memoriam*) e Eni, que sempre me apoiaram, me incentivaram e acreditaram em mim.

Ao Nivaldo, meu esposo, pelo carinho, atenção e paciência, durante toda caminhada.

Aos meus filhos Leonardo e Gustavo (*in memoriam*), que me fizeram compreender a importância e o sentido da vida.

Ao meu orientador, professor Rodrigo, pela paciência e sabedoria dedicada ao meu trabalho, lançando luz sobre muitas questões.

À banca examinadora, composta pelos professores Clóvis, Rodrigo e Ernesto Cassol, pela disposição em aceitarem participar deste processo.

Aos meus familiares: Neide, Giovanni, Nadia, Danilo, Sérgio, Sílvia, em especial ao Rafinha que de algum modo “me acolheram” neste percurso.

À Jane, Paula e Silene, pessoas que conheci durante o curso e que se tornaram minhas amigas.

Enfim, a todas às pessoas que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

“A Deus...

Que é como o vento que assopra; vai onde quer; não sabemos de onde vem e nem para onde vai; apenas sentimos e ‘ouvimos’ sua presença!”

(Adaptado de João 3:8)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as relações entre elementos teóricos da Sociologia de Norbert Elias e a educação escolar no Brasil. Em um primeiro momento, registraram-se as principais transformações e mudanças na sociedade e na educação brasileira no período delimitado entre os anos de 1870 e 1970. A seguir parte da revisão de conceitos teóricos atinentes à Sociologia “Figuracional” e das reflexões teóricas e conceituais de Elias na tentativa de relacioná-lo com o campo da educação. Por fim, aponta para a necessidade de se continuar as pesquisas relacionadas à Teoria dos Processos Civilizatórios em relação às teorias da educação, no sentido de estabelecer articulações com outros campos do conhecimento a fim de se avançar cada vez mais nas pesquisas e discussões sobre o conceito de civilização e a temática da educação escolar.

Palavras-chaves: Educação Escolar. Civilização. Norbert Elias. Sociologia da Educação.

ABSTRACT

The present article analyzes the relations between theoretical elements of Norbert Elias' Sociology, and the Brazilian scholar system. In a first moment, the main transformations and changes in society and in Brazilian education in a period between 1870 and 1970 were recorded. Hereafter, based on the review of the theoretical concepts relating the Figural Sociology and Elias' theoretical and conceptual reflections, in the attempt to relate him to the field of education. Lastly, the article indicates the need to proceed with the researches related to the Theory of Civilizing Processes in regard of the educational theories, meaning to establish linkages with other fields of knowledge in order to advance in researches and discussions about the concept of civilization and the topic of school education.

Keys-words: School Education. Civilization. Norbert Elias. Educational Sociology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 PROCESSO CIVILIZADOR E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA.....	11
POSSÍVEL DISCUSSÃO	
1.1 Um Século de Transformações e Mudanças na Sociedade Brasileira	11
1.2 Diagnóstico das Políticas e Processos da Escolarização Brasileira	15
1.3 Educação e Índícios de um Processo Civilizador	22
2 CONTRIBUIÇÕES DE NORBERT ELIAS AO PENSAMENTO	25
SOCIOLÓGICO	
2.1 Biografia do Autor	25
2.2 Formação do Indivíduo na Modernidade	26
2.3 O Processo Civilizador: Psicogênese e Sociogênese	30
2.4 Civilização e Educação Escolar	32
3 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE ELIAS SOBRE EDUCAÇÃO	36
ESCOLAR	
3.1 Leituras da Educação Contemporânea	36
3.2 Ferramentas Teóricas para compreender a Educação Escolar	42
3.2.1 <i>Indivíduo e Sociedade</i>	42
3.2.2 <i>Escolarização</i>	44
3.2.3 <i>Civilização</i>	45
3.2.4 <i>Racionalização</i>	47
NOTAS CONCLUSIVAS	49
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Contribuições da Teoria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias para pensar a Educação Escolar”, busca nas reflexões do autor sobre a relação indivíduo/sociedade e sobre o conceito de civilização elementos teóricos que possam apontar para uma análise acerca do processo de escolarização no Brasil. Do ponto de vista de uma perspectiva de evolução e de desenvolvimento social da humanidade, estes elementos segundo Elias são imprescindíveis quando se busca analisar certos fenômenos da vida em sociedade e auxiliam no pensamento sobre a complexidade do mundo atual.

Por que Norbert Elias? O interesse pelo pensamento do autor teve início nas aulas de Sociologia IV, a partir da leitura daquela que foi considerada sua grande obra: “O processo civilizador” (vol. I: Uma história dos costumes e vol. II: Formação do Estado e Civilização). Considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, Elias é um autor interdisciplinar que procura fazer uma síntese do social, a partir de um diálogo entre a cultura e a história. Uma das grandes preocupações intelectuais do autor e objeto da sua sociologia é a busca por explicações sobre a relação indivíduo e sociedade.

A perspectiva de análise de Elias não está centrada em um “eu” isolado, mas sim numa perspectiva de “nós”, o que possibilita desenvolver um “novo olhar” para os problemas da sociedade. Para o autor, a vida em sociedade é composta de padrões gerados nas interações que ocorrem entre os indivíduos ligados por redes de interdependências. Estas redes tem como constante estrutural a interação entre os grupos, as configurações ou figurações que geram o equilíbrio das tensões no interior desses mesmos grupos – equilíbrio da balança eu-nós. O conceito de interdependências na análise de Elias adquire um enfoque especial porque para ele, indivíduo e sociedade, são elementos indissociáveis, o que torna possível explicar as relações entre pais e filhos, professores e alunos, empregados e patrões que muitas das vezes não são relações que acontecem em harmonia, mas que são marcadas por tensões nas interações entre os indivíduos.

Por isso, do ponto de vista desse trabalho, a obra de Norbert Elias se constitui numa contribuição muito significativa para o pensamento sociológico, dado não apenas pela forma de compreender a modernidade e suas relações de interdependência, tensões,

autorregulação e poder, como também o autor aponta o indivíduo e a sociedade como elementos essenciais da estrutura organizacional.

Landini (2006) comenta que “Elias não nos convida a repetir seus achados, mas a pesquisar outras figurações e processos”. Como a autora, faremos uso da expressão utilizada por Goudsblom (2001), na qual Elias nos convida a pensar com ele e a partir dele. De certa forma, objetiva-se buscar no passado, de maneira sistematizada, na História do Brasil, na História da Educação Brasileira e nas contribuições da Teoria dos Processos Civilizadores, elementos para novas interpretações dos fenômenos educacionais. Isso inclui não só desenvolver um olhar crítico sobre os problemas da sociedade e da educação escolar, mas também nos libertar de discursos e de pensamentos construídos ao longo do tempo. Sendo assim, elencamos algumas questões a serem respondidas no decorrer deste trabalho:

- Podemos pensar que o projeto de Nação, nos moldes que foi desenvolvido no Estado Novo, se assemelha à noção de processo civilizacional de Norbert Elias?
- Como o pensamento de Elias ajuda a pensar a educação escolar, a partir da Teoria dos Processos Civilizadores, no sentido de perceber a escola como uma agência modeladora e controladora?
- Até que ponto podemos considerar a atualidade do pensamento do autor na compreensão do processo civilizatório, principalmente, em relação a assuntos que afligem pesquisadores na área educacional como a (in)disciplina, violência na escola, analfabetismo e outros problemas relativos a educação escolar?

Sendo assim, o trabalho está estruturado em três capítulos. O **primeiro** elabora sínteses sobre a possível e necessária discussão entre a Teoria dos Processos Civilizadores e Educação, registrando as principais transformações ocorridas na sociedade brasileira no período (1870-1970). Em seguida, apresenta um diagnóstico das políticas e processos da escolarização brasileira e, por fim, busca por indícios de um processo civilizador durante esse período que foi palco de várias mudanças que contribuíram para formação de uma identidade nacional.

O **segundo** apoia-se em conceitos teóricos da Sociologia de Norbert Elias para discutir sobre a formação do indivíduo, possuidor de uma consciência interior e de autocontrole. Para Elias, o Processo Civilizador é responsável pelas mudanças que ocorreram ao longo da história, o que pode ser explicado através da sociogênese e da

psicogênese. Articulam-se também, a produção de comentadores de Elias sobre educação e civilização.

O **terceiro** capítulo, como espaço de análise, registra o que vem sendo discutido na área educacional, uma vez que objetiva apresentar as ferramentas teóricas para a compreensão da educação escolar, como indivíduo e sociedade, escolarização, civilização e racionalização. Situando a Sociologia Figuracional e Relacional de Elias, busca-se discutir a aplicabilidade da proposta metodológica do autor na compreensão de fenômenos educacionais, na tentativa de aproximar a Sociologia da História.

Finaliza com as notas conclusivas acerca do tema desenvolvido e as referências apontando para a necessidade de se continuar as pesquisas relacionadas à Teoria dos Processos Civilizatórios ou Teoria da Educação, do autor Norbert Elias, no sentido de estabelecer articulações com outros campos do conhecimento a fim de se avançar cada vez mais nas pesquisas e discussões sobre civilização e a temática da educação escolar.

1 PROCESSO CIVILIZADOR E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA POSSÍVEL DISCUSSÃO

Como é possível pensar a educação hoje, e projetá-la no futuro, sem uma compreensão exata do que foram os percursos do passado? (NÓVOA, 1993, p. XXXI)

No presente capítulo, objetivamos problematizar acerca das relações entre a Teoria dos Processos Civilizadores na perspectiva elaborada por Norbert Elias e a produção histórica da educação escolar no Brasil, registrando as principais transformações ocorridas na sociedade brasileira no período (1870-1970). Um século de grandes mudanças na sua estrutura política, econômica e cultural do País que contribuíram para formar uma identidade nacional, num campo permeado de ideologias, valores, teorias e concepções pedagógicas.

Assim, organizamos este capítulo em três seções. Na primeira, faremos uma síntese do contexto histórico da sociedade brasileira no período compreendido de 1870-1970. Em seguida, apresentamos um diagnóstico das políticas e processos da escolarização e, por fim, buscamos por indícios de um processo civilizador durante esse período em que o pensamento sociológico se fez presente, seja através das ideias abolicionistas ou republicanas.

1.1 Um Século de Transformações e Mudanças na Sociedade Brasileira¹

Historicamente, o sistema econômico tem no capitalismo a base de sustentação de um regime que, a nível mundial, o que se vê afeta não só o campo econômico, mas também o político, o social e o cultural. Na tentativa de garantir sua existência e permanecer como sistema de competitividade o capitalismo provoca mudanças nas estruturas da sociedade entre os indivíduos, contribuindo para o fortalecimento de uma hierarquia entre as classes.

¹Consultado em: Panorama da Literatura Brasileira

<<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/realismo.naturalismo1.htm>> Acesso em: 06 jan. 2014.

Com isso, as grandes transformações que ocorreram no mundo, geradas por tensões econômicas e sociais, se refletiram na constituição de uma nova sociedade, alterando as relações de poder, o modo de convivência e de sobrevivência.

Entender essa nova realidade social passa a representar uma nova época. No Brasil, pesquisadores se voltam aos estudos do pensamento sociológico que, até este momento, ainda obedece à lógica de desenvolvimento do capitalismo, refletido na situação de uma sociedade colonial. A catequese e a evangelização que durante três séculos monopolizaram a educação foram importantes instrumentos de colonização dos jesuítas. Outro fator foi o lento processo de formação do Estado Nacional.

Em 1808, com a chegada da família real para o Brasil, o século XIX desponta trazendo a cultura portuguesa para a colônia. O Brasil, influenciado pelo humanismo francês dava indícios de que viveria momentos de grandes mudanças na sua estrutura política, econômica e cultural. Nesse período, que foi palco de várias transformações que contribuíram para formar uma identidade nacional, é criada a Academia de Belas Artes, com o surgimento da primeira biblioteca no Brasil e dos primeiros cursos superiores. Como marco principal da literatura brasileira destaque para o Romantismo, movimento voltado ao cultivo do Eu, do individualismo e da liberdade de expressão.

Com a crise do açúcar, um novo movimento surge no Brasil, o Realismo, que possibilitou que os ideais abolicionistas e republicanos tivessem seu lugar. Em 1870, foi criado o Partido Republicano que lutou para trocar a mão de obra escrava pelo trabalho dos imigrantes. Nesse momento, à luz da sociologia, todos se voltam para as ideias de Comte, Spencer, Darwin e Haeckel, deixando de lado a concepção espiritualista, buscam explicar a criação do Universo através da ciência. O grande divulgador desse movimento foi Tobias Barreto (1839-1889), filósofo, escritor e jurista brasileiro, admirador das ideias de Augusto Comte e Hipólito Taine.

Na literatura brasileira, no final do século XIX, Euclides da Cunha em sua obra “Os Sertões” divulga as ideias abolicionistas e republicanas, desenvolvendo uma nova forma de pensar sociológico. A ciência avança sobre o conhecimento do ser humano, que passa a ser visto através da Psicologia e da Sociologia. Nesse momento, o universalismo se sobrepõe ao nacionalismo e no final deste século surge o Simbolismo, movimento que retoma alguns ideais do romantismo, em oposição ao Parnasianismo e Naturalismo. Estas duas correntes eram apreciadas pela elite da sociedade da época. O

Parnasionismo teve como principais expoentes, os autores Alberto de Oliveira, Raimundo Correa e Olavo Bilac.

O fim do século XIX foi profundamente marcado pelo capitalismo industrial numa corrida desenfreada em busca de novas tecnologias. Em 1894, tem início a República do café-com-leite, com Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil. O domínio do poder se alternava entre São Paulo e Minas Gerais. Novamente, o Brasil passou por expressivas mudanças na sua estrutura política, econômica e social, decorrentes de alguns fatores que contribuíram para que nas grandes cidades o inchaço ocasionado pela miséria dos negros libertos e dos imigrantes mudasse o perfil do povo brasileiro, no sul do país. Este período ficou marcado pelos ideais cientificistas e revolucionários.

Contudo, a Abolição da Escravatura (1888), não trouxe a tão esperada liberdade, igualdade e civilidade aos negros, o que acentuou a miséria no País. Movimentos, como a “Guerra de Canudos” e a “Revolta da Armada”, em conjunto refletiam momentos de descontentamento com as condições da sociedade, mas que, isoladamente, fizeram a sua história. Os autores Euclides da Cunha, Graça Aranha, Lima Barreto e Monteiro Lobato aproximam a realidade da ficção. Ao retratar fatos da história do Brasil, revelam a crise de um País que se desenvolvia diante de tantas desigualdades. A literatura traz aspectos de um cenário que retrata as guerras e a pobreza, como o caboclo de Monteiro Lobato. Diante deste quadro, duas “ideologias” se chocam, o tradicionalismo rural e as transformações nas grandes cidades. O ano da Proclamação da República (1889), marca de forma política e cultural o País.

O Centenário da Independência e a Guerra Mundial (1914-1918), favoreceram a expansão da indústria no Brasil, abrindo espaço para que novas relações políticas se fortaleçam, inovando a educação e as artes. No cenário mundial, em 1929 com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, desestabiliza a balança de exportação, ocasionando a queda do café brasileiro que, nos últimos anos da República Velha, ainda predominava nas oligarquias dos grandes proprietários rurais. A revolta do Forte de Copacabana, em 1922, leva a Revolução de 1930 e Getúlio Vargas ao poder.

Neste momento, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, na década de 30, a sociologia se volta para o conhecimento da sociedade, e a preocupação dos intelectuais passa pelo interesse de descobrir o Brasil de verdade, em contrapartida

com a visão ocidental. Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Plínio Salgado, Fernando de Azevedo, Sergio Buarque de Hollanda, são alguns dos intelectuais que se destacam neste período. Em 1934, é promulgada a Nova Constituição Brasileira, junto com a reeleição de Vargas. Em 1936, os escritores Jorge Amado e Graciliano Ramos, são presos, juntamente com outros membros do Partido Comunista. Uma nova Constituição é promulgada, em 1937, desta vez ao modelo fascista.

Um dos momentos mais marcantes e críticos da história da humanidade se faz presente, a Segunda Guerra Mundial, consolidando os EUA e a URSS como potências mundiais. O Brasil, em 1941 entra na guerra, apoiando os EUA. Em 1945, chega ao fim o Estado Novo, com Getúlio Vargas deposto pelas Forças Armadas, cedendo lugar a Eurico Gaspar Dutra. No Brasil, a sociologia do pós-guerra, tinha o objetivo de pensar as mudanças para uma consciência crítica da realidade e complexidade dos fenômenos sobre as desigualdades sociais, étnicas e políticas. O que contrastava entre uma cultura à moda francesa, com uma sociedade tipicamente rural e analfabeta, na qual doenças, como a febre amarela dizimava milhares de pessoas.

Com o predomínio da intuição sobre a razão, o simbolismo trabalhando de forma desarticulada a palavra e seu significado, antecipa um novo movimento – o Modernismo, que anseia pelo desejo de liberdade e de expressão, aliando-se aos ideais nacionalista em busca de emancipação da dependência européia, na sua maneira de ver o mundo. Na Semana de Arte Moderna, estão presentes os versos de Mário e Oswald de Andrade. A prosa representada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e Erico Veríssimo se reveste de uma postura mais documental ao dar ênfase aos aspectos sociais e a relação do “eu” com o mundo. A literatura abre espaço para a reflexão sobre a realidade brasileira e o poeta se isola, rompe com a linearidade do texto num culto ao sonho e à imaginação, em busca da essência do ser humano.

Na década de 1950, marcada pelos pensadores Florestan Fernandes e Celso Furtado, a sociologia brasileira se volta para o desenvolvimento de um saber crítico sobre os problemas sociais, refletindo uma “ideologia revolucionária” e permitindo que as críticas dos intelectuais e cientistas ultrapassem os muros da universidade. Com a ditadura militar (1964), a sociologia brasileira assiste ao choque entre os militares e os estudantes, durante as manifestações com prisões, mortes e ocupações de prédios. Neste

período importantes nomes ligados à sociologia foram exilados e impedidos de lecionar. Em 1980, com a abertura política, surgem novos partidos e os intelectuais ingressam na política.

No Brasil, podemos perceber indícios de um pensamento sociológico em diversos momentos da história, seja através das ideias abolicionistas ou republicanas. Portanto, o capítulo seguinte apresenta um diagnóstico das políticas e processos da educação escolar brasileira, sendo esta síntese necessária para o entendimento dos fenômenos educacionais na modernidade.

1.2 Diagnóstico das Políticas e Processos da Escolarização Brasileira

O período compreendido entre o século XIX e o século XX, torna-se um cenário importante para a compreensão do lugar e do papel social da escola na Modernidade. De acordo com Lopes, Mendes, Faria (2005) no final do século XIX houve uma intensificação nos debates referentes à educação escolar. Mais, precisamente, “nos anos 1870, esta discussão foi reforçada por três fatores: a propaganda republicana, a defesa da abolição da escravidão e as pesquisas sobre a infância” (LOPES; MENDES; FARIA, 2005, p. 18).

Estes eventos movimentaram as discussões não só nos campos social e cultural, mas também no campo econômico e político, de forma que, nesse cenário sócio-histórico, se sobressaía a ideia de reconstruir a educação através de uma renovação pedagógica. A partir das perspectivas e compromissos assumidos com a formação do ser humano, isso possui um significado ainda mais relevante, visto que ao mesmo tempo em que se revive um período delicado da História do Brasil, se consegue traçar um panorama da História da Educação, para a reflexão acerca dos fatos que influenciaram no processo de escolarização brasileiro.

De acordo com Lopes, Mendes, Faria (2005), no que se refere à propaganda republicana, muitos intelectuais descrentes [...], defendiam um regime republicano nos moldes dos regimes de outros países, como a França e os Estados Unidos (ibidem, p.

18). Com regime republicano o povo poderia escolhaer seus representantes, mas para isso seria preciso fazê-lo de forma consciente. Por isso,

Tornava-se necessário que o povo fosse educado. [...] entre os defensores da abolição: todos concordavam [...] pela criação de políticas de instrução que possibilitassem a matrícula e permanência de ex-escravos e aos seus filhos a matrícula à escola. [...] outro fator importante no terreno da educação e ao qual estão relacionadas mudanças profundas no modo de pensar e de organizar a escola: a mudança de concepção sobre o lugar da criança na escola. (ibidem, p. 18 -19).

Segundo Oliveira e Linhales (2011), no Brasil, autores como Carmen Soares, Andrea Moreno, Alexandre Vaz, Tarcisio Vago, Kátia Danailoff, Silvana Goellner, entre outros, têm dedicado seus esforços de lançar luz sobre as pesquisas envolvendo a criança e a história da educação do corpo. Para os autores, estes estudos,

Sobre a história da educação do corpo se encontram entrelaçados a outras temáticas ou problemas de pesquisa, tais como: a educação dos sentidos e das sensibilidades, os rituais disciplinares, as prescrições científicas etc. - desdobramentos que fazem do corpo o lugar que abriga, rejeita, recebe, devolve, silencia ou anuncia a abundância de encontros com a natureza e com a cultura realizados pelos sujeitos. (OLIVEIRA; LINHALES, 2011, p. 389-390).

Hilsdorf (2011), por sua vez, aponta cinco grandes transformações que marcaram significativamente o cenário educacional brasileiro (1870-1920), por experiências em diferentes segmentos da sociedade.

- "A remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o do **trabalho livre e assalariado**, defendida e praticada pelos cafeicultores-empresários do centro-oeste paulista" (HILSDORF, 2011, p. 57), a imigração faz de São Paulo o grande centro econômico da Nação;

- "O crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria (têxtil, por exemplo), associada ao início da urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes que, chegados ao país, abandonam o trabalho na zona rural e passam às cidades" (ibidem, p. 57-58);

- "A presença forte do **capital estrangeiro**: no início, capitais ingleses e, depois, norte-americanos, o que ajuda a entender a 'aproximação a Washington' nos campos da política e da cultura que ocorre no período" (ibidem, p. 58);

- "A intensa circulação de novas tendências de pensamento [...]. Uma delas foi o **positivismo**, que teve ampla aceitação na sociedade brasileira, não apenas pelo seu

cientificismo, isto é, enquanto proposta de cultivo das ciências modernas como base do progresso, como ainda pela sua ética cívica de respeito à lei e ao princípio do bem comum [...]. Outra é o **industrialismo** cosmopolita, do qual são exemplares as ações de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda e de Benjamin Constant no Ministério da Educação, os quais, já nos anos 1890-91, promoveram iniciativas econômicas e educacionais de interesse dos industriais, desviando a ênfase na agricultura." (ibidem, p. 58);

- “O **fim da monarquia**, cuja causa pode ser relacionada às disputas pelo poder político entre segmentos das classes dirigentes, com os militares compondo-se com os cafeicultores organizados nos Partidos Republicanos provinciais e com uma pequena parcela de representantes das camadas médias urbanas" (ibidem, p. 59).

Hilsdorf (2011) comenta ainda que, nesse contexto, novas e profundas mudanças irão ocorrer no campo educacional brasileiro. A urgência de organizar a escola leva a necessidade de rever os métodos de ensino, em busca de uma melhoria na formação e remuneração dos professores, e, principalmente, na tentativa de tornar obrigatória a matrícula e a frequência dos alunos à escola.

A Educação na Primeira República movimentou “o campo das ideias”, em primeiro lugar por uma educação como direito de todos, com um ensino gratuito, obrigatório e com liberdade de expressão e, em segundo lugar, a questão da qualidade do ensino, já que não bastava garantir a matrícula dos alunos, mas cuidar da qualidade do ensino oferecido nas escolas. Em termos pedagógicos, destaque para três movimentos que representaram o campo educacional no Brasil: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Libertária e a Pedagogia Nova.

A tendência tradicional é marcada pela concepção do professor como elemento principal do processo de ensino-aprendizagem. Como transmissor das informações aos alunos que, por sua vez, são agentes passivos desse processo. A repetição e a memorização dos conteúdos como verdades absolutas, inquestionáveis e distorcidas da realidade social do aluno era o método que prevalecia nessa pedagogia, ligada à Igreja e às oligarquias dirigentes da época. O cultivo da atenção e o incentivo à competição individual e coletiva, era o que caracterizava esta corrente.

A Pedagogia Libertária surge como crítica à pedagogia oficial, à Igreja, ao Estado e à sociedade capitalista. Sua proposta de uma educação integral, visava: a)

educação intelectual; b) educação física; c) educação moral; d) educação profissional politécnica (GALLO; MORAES, 2011, p. 90). Segundo esses autores, a primeira experiência de uma Pedagogia nestes termos foi efetivada na França por Paul Robin, pedagogo e militante anarquista. Os estudantes a partir de suas próprias vivências é que produziam seus saberes.

Na Pedagogia Nova, baseada nos estudos de John Dewey (1859-1952), o foco do processo de ensino-aprendizagem passa a ser o aluno e não mais o professor, como acontecia na Pedagogia Tradicional. Esse foi considerado um dos mais importantes movimentos da nossa história, o escolanovista. No Brasil, esse movimento que ficou representado Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, priorizava o trabalho em equipe e os trabalhos manuais. Professores e intelectuais defendiam a ideia de que a aprendizagem era uma atividade que deveria partir do aluno e que este deveria ocupar um lugar de destaque central na escola. A aprendizagem da criança passou a ser representada pelo método intuitivo.

Pode-se considerar que o método intuitivo foi uma primeira tentativa importante de colocar a criança no centro da atividade pedagógica. Esse método baseava-se na idéia de que a criança aprende por meio dos sentidos, dentre eles, a visão que etimologicamente é sinônima de intuição. Portanto, os sentidos são muito importantes na aprendizagem e aqui se encontra o grande desafio do professor de adequar o ensino às necessidades dos alunos.

Em síntese, percebe-se que no período de 1870-1920 o Brasil passou por importantes mudanças na sua estrutura social, política e econômica, como vimos anteriormente. Da abolição da escravatura à passagem da Monarquia à República, a vinda de imigrantes, o processo de industrialização, a formação de classes sociais distintas. E na educação não foi diferente, houve várias tentativas de reformas, algumas bem mais sucedidas do que outras, que fracassaram antes mesmo da sua implantação. Mas, o que devemos evidenciar é que não se conseguiu a tão sonhada integração do negro à sociedade brasileira. O mesmo teve seus direitos negados diante de uma nova forma de governo que não foi tão democrática assim, visto que se deu por um golpe militar. Isso demonstra que nem sempre as aparências mostram a realidade de fato. Após esse contexto, Romanelli afirma que a

Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se

empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. (ROMANELLI, 2012, p. 49).

Por iniciativa de Capanema é promulgado o Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, mais conhecida com Reforma Capanema ou Lei orgânica do ensino secundário, que visava uma estruturação das diretrizes da educação, com o Estado em sua totalidade tendo o controle direto sobre o processo educacional, silenciando de vez a efervescência política da primeira metade da década de 1930. O novo projeto, dotado de uma certa autonomia e com o intuito de modernizar o País, contribuiu para a implantação de diversas ações políticas no campo econômico e social. Ainda, segundo Romanelli,

O documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente. Opondo-se ao empirismo das reformas parciais, o Manifesto surge como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. (ROMANELLI, 2012, p. 148).

Um compromisso que expressa a trajetória de uma reconstrução entre o velho e o novo no campo da educação e da política, que trazia no seu texto, uma proposta ousada para a época: independente, do grau em que lecionar, o professor deveria ter formação universitária. Isso, até hoje, ainda não se efetivou. Romanelli (2012) comenta o significado histórico do “Manifesto”

Ao proclamar a educação como um direito individual que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através de escola pública gratuita, obrigatória e leiga, e, finalmente, ao opor-se à educação-privilégio, o Manifesto trata a educação como um problema social, o que é um avanço para a época, principalmente se nos lembrarmos de que a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova. (ROMANELLI, 2012, p. 152-153).

Sendo assim, no final de 1930, a nomeação de Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública é bem vista entre liberais e conservadores. A reforma instituída por Campos é colocada a todo território nacional, “através de uma série de decretos” (ROMANELLI, 2012, p. 132), que não solucionou os problemas do ensino popular e das melhorias para o curso primário.

Em 1934 foi promulgada a nova Constituição do Brasil e Getúlio Vargas, segundo a Carta Magna, foi eleito por 4 anos. Em 1937, acontece o golpe de Estado que dá início ao Estado Novo, mais um período de muita turbulência na história brasileira. Com a dissolução do Congresso Nacional a Constituição Federal é substituída por outra

elaborada por Francisco Campos, ao molde da constituição fascista da Polônia. Com isso, a educação deixa de ser prioridade e dever do Estado.

O Estado Novo é instituído com o pretexto de combater algumas ideias comunistas. Podemos até dizer que fora criado com o propósito de perpetuar Vargas no poder. Segundo Hilsdorf (2011, p. 99), “para construir a imagem do regime como **novo**, isto é, moderno e nacional, Getúlio Vargas manteve uma linha de atuação marcadamente autoritária, centralista e intervencionista [...]”. Comenta ainda que “o novo Estado necessitava que a educação escolar concorresse para promover esses valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho” [...] (HILSDORF, 2011, p. 99). Porém, para a autora

A questão que se coloca é que, servindo à nação, a educação servia ao Estado, instituidor da nação. Assim, as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização (HILSDORF, 2011, p. 99).

A Constituição de 1937 é clara em seu artigo 129, o qual reafirma que “*o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, [...] é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado*” (ROMANELLI, 2012, p. 156). Para a educação, o Estado Novo significou um retrocesso, já que deixa pouco explícito qual o direito de todos. Para a autora, só a expressão “um ensino destinado às classes menos favorecidas”, já declarava a “ideologia do governo, em sua política educacional, favorável a um sistema educacional de discriminação social” (ROMANELLI, 2012, p.155).

Getúlio Vargas exercia o poder desde 1930, quando da instauração do Estado Novo, em 1937, foram momentos de exaltação ao nacionalismo, do culto a “persona” do presidente e de luta a todos que buscavam contestar o regime vigente, momentos de intensas discussões e de posicionamento ideológico frente às questões educacionais. Os anos após o golpe de 1937 retratam a Segunda Guerra Mundial e todas as propostas de democratização da escola foram deixadas de lado. No lugar de formar cidadãos que viessem a decidir os destinos da Nação, a escola deveria ter como norma o culto à exaltação de um “espírito nacional”, refletido na figura do próprio presidente. Sendo assim, confirma-se o ensino dualista e elitista da educação. De 1934 a 1945 as mudanças educacionais realizadas na educação brasileira por Gustavo Capanema no período em que esteve à frente do Ministério da Educação, merece destaque. Com isso,

o período de 1930 a 1945, na história brasileira, dá início a um novo projeto nacional, em substituição à política de importações, que até o momento imperava no País.

O novo projeto, dotado de certa autonomia e com o intuito de modernizar o País, contribui para a implantação de diversas ações políticas no campo econômico e social. No campo educacional, em um primeiro momento, buscou centralizar e uniformizar o ensino, através da regulamentação e controle do processo educacional no controle direto das ações, pelo Estado brasileiro. Nas palavras do presidente Vargas, isso significava “dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento de nossa estrutura moral e econômica [...]. De outro lado, o Governo Vargas incorporaria, também, a preocupação de Francisco Campos em prol da educação das massas” (RODRIGUES, apud ROSA, 2007, p. 01).

Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, em 1945, professores e intelectuais chegam à conclusão de que se torna necessário reorganizar novamente o sistema de educação, no sentido de mudar a visão de escola excludente e elitista do momento. A Constituição, promulgada em 1946, determinava a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abrangendo todos os níveis de ensino. Mas, contrariando os defensores da lei, novamente a lei não atenderia os setores mais pobres da população e, sim, os setores que defendiam interesses privados na educação. A partir da década de 1960 e 1970, período desenvolvimentista brasileiro, a educação passa a ser vista como negócio, com um forte apelo no campo econômico, não só nas políticas públicas como também nas teorias educacionais. De acordo com Frigotto (2010) a educação fica reduzida a mero fator de produção – “capital humano”.

Nessa época, a educação brasileira assume uma preocupação com as questões sociais, dando maior atenção às classes menos favorecidas. As consequências da censura instaurada pelo golpe militar de 1964, ainda está presente e mais para o início de 1980 é que se cria um espaço de discussões e debates sobre os rumos da Educação de seus papéis políticos.

1.3 Educação e Índícios de Um Processo Civilizador

No final do século XIX, o Estado brasileiro tinha como proposta política a construção de uma nação soberana e civilizada. Ao pensar a nacionalidade a partir da construção de um “novo homem” seria necessário lançar mão de bases políticas, históricas, culturais e sociais, nas quais se ergueria uma nação independente, dotada de uma identidade única, frente às outras nações, e de comum acordo com os princípios que organizavam a vida em sociedade. Nesse sentido, a educação passa a representar o ideal daquilo que o Estado-Nação ansiava alcançar para o Brasil,

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BOMENY, 1999 apud ROSA, 2007 p. 01).

A escola passa a ocupar o centro do processo educativo na sociedade. É nesse momento que políticos, cientistas, historiadores e intelectuais dedicam seus esforços para a afirmação de uma identidade cultural brasileira. Formar um Estado-Nação exigia a constatação de um “sentido”, de uma “identidade” que colocasse em todos os habitantes do território brasileiro, o sentimento de pertencimento e de igualdade. A partir de 1920 e 1930, os debates sobre a educação e a cultura assumem espaço nos jornais e na literatura, mobilizando os intelectuais e aumentando as disputas entre leigos e católicos,

Naqueles anos, quando ainda não se falava de subdesenvolvimento e dependência, e sim de atraso e civilização, acreditava-se que, pela educação, se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, e que isto determinaria o futuro da Nação. Os movimentos e a disputa pela educação, e sobretudo seu controle pelo Estado ou pela Igreja, eram vividos como uma luta pela própria alma do país. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 19).

A definição do conceito de Nação brasileira como representação da ideia de uma “civilização” ficava restrito aos brancos e carregava consigo uma imagem depreciativa do “outro”. Na realidade, o que ocorreu foi um processo de exclusão, no qual os índios e os negros não faziam parte. A formação do Estado-Nação, a partir do sentimento de que “eu” pertence e de que sou igual ao “outro”, para Schwartzman (2000) “parecia impossível construir uma nacionalidade com a simultânea convivência de diferenças

culturais. Construir o nacionalismo era, ao mesmo tempo, destruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira.” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 166).

No discurso republicano, a escola deveria assumir o papel de regenerar a criança e de colocar a nação na rota do progresso e da civilização. Assim, a construção da escola moderna teria a marca da civilidade e sua contribuição no projeto civilizador da infância. O ideário de escola no século XX deveria ser, acima de tudo, instruir para civilizar, ensinar a se comportar em sociedade. Assim, pelo controle, homogeneização e modelagem do sujeito, a escola deveria formar para a educação moral e cívica, com a finalidade de desenvolver no indivíduo uma consciência patriótica.

É com a educação moral e cívica que se cerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter do cidadão, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades - a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, à clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica (CAPANEMA, apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 192).

As Reformas Francisco Campos e Capanema tiveram por objetivo reestruturar a educação no país. Ao assumir o Ministério de Educação e Saúde (1934), Capanema, com o auxílio de intelectuais gerou uma imagem de modernização da educação. Para o referido ministro, fortificar as bases, criar novas ideias seria a essência de uma boa educação, descentralizada e preocupada com as questões sociais e com a própria escola. Sendo assim, no Manifesto dos Pioneiros (1932), um grupo de educadores pretendeu transferir do terreno da teoria para a prática, os planos político-sociais como solução dos problemas da educação.

Considerando que foi no Estado Novo que a questão sobre a educação toma centralidade no debate político-ideológico e econômico como um movimento de reconstrução nacional, os intelectuais brasileiros, sob a inspiração de novos ideais apontam para uma mudança social. Nos Tempos de Capanema, a cultura era vista como um “campo de construção da alma nacional” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 23).

Construir um projeto civilizacional entendido como um projeto de Nação, que desse conta de combater as exclusões e as desigualdades sociais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e igualdade, nas diferentes esferas da vida social. Essa reflexão, segundo Xavier (1998) foi motivo de preocupação de alguns intelectuais brasileiros, como Fernando de Azevedo (1894-1974), na obra “A Cultura Brasileira”

(1964) ao discutir os conceitos de cultura e civilização, o autor “considera que o grau de civilização de um povo pode ser medido pelo estágio de desenvolvimento cultural alcançado pelo mesmo. Azevedo relaciona o termo Civilização à capacidade de um povo em exercer o autocontrole suas emoções.” (AZEVEDO, 1964 apud XAVIER, 1998, p. 76).

Xavier (1998) comenta que para o Azevedo (1964),

(...) a civilização se apresenta entre nós, com os seus caracteres fundamentais (...) como o demonstram a doçura de costumes, o respeito à pessoa humana, a tolerância e a hospitalidade nas relações entre os cidadãos e em face do estrangeiro (...). Como parte integrada ao processo civilizador, a Cultura é, portanto, entendida dentro de uma perspectiva intelectualista relacionada ao conjunto de habilidades expressas nas manifestações filosóficas, científicas, artísticas e literárias, aspectos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo civilizador (Azevedo, 1964, apud XAVIER, 1998, p. 76).

Portanto, Cultura e Civilização, segundo Xavier (1998, p. 76) “são estes, dois conceitos essenciais na interpretação do autor, na medida em que são entendidos como elementos reguladores das relações dos indivíduos e grupos entre si, e destes com o todo - Estado ou nação”.

2. CONTRIBUIÇÕES DE NORBERT ELIAS AO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

“A história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos”.
(ELIAS, 1994, p. 45)

Esse item realiza uma síntese das contribuições de Elias ao pensamento sociológico. Inicia com uma breve biografia do autor, para, na sequência, buscarmos reconhecer os conceitos teóricos da Sociologia Elisiana para uma discussão sobre a formação do indivíduo, possuidor de uma consciência interior e de auto-controle. Para Elias, o Processo Civilizador é responsável pelas mudanças que ocorreram ao longo da história, o que pode ser explicado através da sociogênese e da psicogênese.

Segundo Elias, duas correntes opostas pretendiam explicar o papel do indivíduo em sociedade, uma percebe a sociedade como produto da racionalidade humana e, a segunda, defende o indivíduo, como um ser passivo, parte de um conjunto e incapaz de evoluir de maneira independente. A partir da leitura do autor e de seus comentadores, tentaremos relacioná-lo com um campo de discussões sobre a educação escolar.

Portanto, buscaremos entender melhor a perspectiva de análise do autor quando ele estuda os manuais de civilidade, apontando evidências de uma valorização da infância, como por exemplo, o trabalho de Erasmo de Rotterdam (1446-1536), “De civilitate Morum Puerilium” (Da civilidade das crianças), escrito em 1530.

2.1 Biografia do Autor

Norbert Elias foi um reconhecido sociólogo alemão. Nasceu em 1897 na cidade de Breslau e veio a falecer em 1990, em Amsterdã. De família judaica, com a ascensão do nazismo, abandonou a Alemanha, exilando-se, na França, em 1933 e depois, na Grã-Bretanha. Estudou medicina, psicologia e filosofia. Formou-se nas universidades de Breslau e Heidelberg, tendo se dedicado posteriormente a Sociologia. Lecionou na Universidade Leicester, na Inglaterra, durante o período de 1945 a 1962 (BRANDÃO, 2003, p. 43-45). Em sua trajetória intelectual, Elias acumulou uma bagagem muito

ampla, sendo que sua formação acadêmica cobriu as áreas de medicina, filosofia, psicologia e sociologia.

As obras mais conhecidas do autor são “A Sociedade de Corte” e os dois volumes de “O Processo Civilizador” (Über den Prozess der Zivilisation), publicado em 1939, traduzido para o inglês em 1969. Publicou em 1983, “Engagement et distanciation – contributions à la sociologie de la connaissance”, uma reflexão sobre o estatuto científico do conhecimento sociológico e de suas pesquisas “empírico-teóricas”. Somente, com a publicação de “A Sociedade de Corte”, veio o reconhecimento, ainda que tardio na década de 70, do seu trabalho. Elias escreveu ainda diversos outros livros, tais como: “Os alemães”, “Os estabelecidos e os Outsiders”, “Mozart: sociologia de um gênio” e “A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor”.

2.2 A Formação do Indivíduo na Modernidade

A partir da década de 1970, com a passagem de um sistema “fordista” para um sistema de reestruturação da sociedade, a estrutura social passou a ser elemento principal para a formação de uma consciência, tanto individual como coletiva. Norbert Elias aponta o indivíduo e a sociedade como elementos essenciais da estrutura organizacional na compreensão dos processos históricos e as interações que formam as ações individuais.

Segundo o sociólogo alemão, duas correntes opostas pretendiam explicar o papel do indivíduo em sociedade, uma percebe a sociedade como produto da racionalidade humana, uma sociedade criada por indivíduos com objetivos bem definidos e, a segunda, defende o indivíduo como um ser passivo, parte de um conjunto e incapaz de evoluir de maneira independente.

Aqui, é importante salientar que esta dependência recíproca é um processo produzido historicamente, resultado de um conjunto de condições históricas e interações específicas que não se baseiam apenas em trocas iguais ou equilibradas, mas também em trocas marcadas por desigualdade, dominação e poder. O autor comenta que

É apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994, p. 27).

É nesta teia de interdependência que Elias acha resposta para explicar a conduta individual, frente à conduta de outros indivíduos em uma mesma cadeia de interdependência, que o autor denomina “configuração” (ou figuração ou formação). Seriam teias de interdependência que passam por uma transformação qualitativa, ou seja, não basta aumentar a quantidade de indivíduos ao longo da cadeia de relações, mas é preciso aumentar a complexidade e a diversidade da rede de necessidades e interesses comuns,

Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. [...], tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta. (ELIAS, 1994, p. 27).

O termo configuração ou figuração em Elias, “é utilizado para traduzir uma formação social com base na relação de interdependência entre os indivíduos. [...] cada ação individual depende de uma série de outras, que por sua vez modificam a própria figura do grupo social, tanto na dimensão macro quanto micro” (VEIGA, 2002, p. 94).

O processo de civilização é, em parte, um processo marcado pela internalização das práticas que se constitui, de acordo com a autora, naquilo que Elias denominou de “processo de civilização”, como “uma dinâmica que pressupõe alterações nas relações de poder e controle dos indivíduos, alterando as relações de interdependência e possibilitando a consolidação dos controles estatais” (ibidem, p. 94). É esta dinâmica que Elias denomina de sociedade

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". (ELIAS, 1994, p. 23).

O processo de civilização é um processo inconsciente que se afirma através da internalização de normas, costumes e práticas restritivas. Portanto, a civilização, segundo a leitura de Veiga, passa a se referir a um padrão universal de moral e costumes.

Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos, [...]. Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma auto-supervisão automática de paixões [...]. Através da interdependência de grupos maiores de pessoas e da exclusão da força física em seus contatos, é estabelecido um mecanismo social, no qual as limitações entre elas são transformadas duradouramente em autolimitações. Essas autolimitações, [...] assumem um hábito automatizado. (ELIAS, 1993, p. 202-203).

O autor chama atenção para as coerções que existem ao longo desta cadeia, as quais fazem com que os indivíduos se comportem de determinado modo, mantendo inerte as práticas sociais. Indivíduos agrupados socialmente, em teias de dependências ou mesmo de necessidades, uns dos outros, muitas vezes obrigado a se inserir em redes já existentes. Corcuff (2001), comenta que

[...] é a oposição entre *liberdade e determinismo*. Depois de Norbert Elias, não se pode mais abordar este debate em termos de ‘tudo’ ou ‘nada’: ‘há um tecido de interdependência no interior do qual o indivíduo encontra uma margem de escolha individual e que, ao mesmo tempo, impõe limites à sua liberdade de escolha’. (CORCUFF, 2001, p. 42).

A perspectiva teórica de Elias centra-se nas análises das relações macro-sociais, mesmo que o conceito de interdependência passe das relações mais macro para as relações mais micro, agindo também na formação das estruturas interiores da personalidade do indivíduo. Segundo Elias (1993), desse modo ocorre uma mudança profunda no sentido da civilização de comportamentos. Ao mesmo tempo em que a civilização protege o indivíduo, ela também lhe um causa certo mal-estar, quando se faz necessário reprimir seus impulsos e emoções.

À, proporção que estas redes tendem a diferenciar e integrar o indivíduo em sociedade, acabam por produzir alterações nas estruturas sociais e nas emoções, moldando a maneira de “pensar e sentir”. Em “A Sociedade dos Indivíduos”, Elias propõe além da idéia de interdependência, outros conceitos como, estrutura, dependência, rede de funções e contexto social para mostrar que as noções de indivíduo e sociedade estão articuladas por um vasto processo interativo. O teórico alemão reflete que se está diante de um desafio complexo, argumentando que, a sociedade...

Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994, p.13).

Aparece assim, na obra do autor, o conceito de “habitus” entendido como “uma ‘marca’ social sobre a personalidade, um produto das diferentes configurações no interior das quais o indivíduo age” (CORCUFF, 2001, p. 43). Um indivíduo moldado pelas experiências vividas, não um indivíduo livre como os Iluministas pensavam, mas um indivíduo com ação, com poder, superando a dicotomia entre a liberdade versus o determinismo. Para Elias, todos os indivíduos possuem uma “margem de ação”, de acordo com seus habitus passam a integrar ou ser parte constituinte da sociedade.

Na relação uns com os outros, modelam a sociedade e a si mesmo, já que é no momento em que ocorre esse “atrito”, que se processa uma relação tensa, dinâmica, de troca entre os indivíduos, na qual o processo de individualização se torna mais claro, mais definido. É claro, que este processo não é igual para todas as sociedades, porque cada sociedade e cada momento histórico tem o seu próprio ritmo. Elias define o termo “sociedade” como uma rede de funções, interdependente, na qual é preciso superar a contradição existente entre indivíduo e sociedade, visto que para Elias, os seres humanos por serem diferentes entre si, eles se relacionam uns com os outros de forma conflituosa, sendo que o processo de civilização é a regulação das tensões mediante controle da agressividade e da violência.

Assim, para o autor indivíduo e sociedade estão entrelaçados por um sistema de relação, que permite a compreensão da figuração ou formação da sociedade. Em Elias os indivíduos são independentes, mas ao mesmo tempo ligados entre si por uma teia de relações, formam uma estrutura entrelaçada, particularidades de dependência mútua, que o autor denomina de “rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 2011, p. 240).

2.3 O Processo Civilizador: psicogênese e sociogênese

Para Norbert Elias, o processo civilizador é responsável pelas mudanças que ocorreram ao longo da história. Essas transformações não só ocorreram no comportamento humano, mas também tiveram sua parcela de contribuição por modificar a personalidade que influenciou a sociedade ocidental nos últimos anos. Com

isso, se consegue entender porque algumas atitudes de décadas atrás diferem das atitudes de hoje. Para Elias, em primeiro lugar,

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. (ELIAS, 2011, p. 70).

Em segundo lugar, estas mudanças ocorreram de forma lenta e gradual, sendo absorvidas pela sociedade como um todo. O objetivo de Elias é de entender como se desenvolveu na história do homem o “processo civilizatório” e como este influencia no comportamento humano, por isso o sociólogo busca por marcas que acredita serem pontos-chaves para a constituição da civilização, principalmente no que diz respeito ao controle das emoções, a maneira de se comportar no espaço social.

Em “O Processo Civilizador, volume II, Elias (1993) se pergunta: “o que tem a organização da sociedade sob a forma de ‘Estados’, o que têm a monopolização e a centralização de impostos e da força física num vasto território, a ver com a ‘civilização?’” (ELIAS, 1993, p. 193). Para Elias, é através da psicogênese que os indivíduos sofrem influência da sociedade, passando a agir de acordo com o que lhes foi determinado, obedecendo regras, leis ou costumes para que possam ser aceitos em determinado grupo social. O autor comenta que “[...] as pessoas em certas sociedades são obrigadas a reproduzir, uma vez ou outra determinados padrões de conduta e cadeias funcionais específicas” (ELIAS, 1993, p. 239).

Contudo, na sociologia processual de Elias, a ciência e as teorias são importantes na discussão que remete ao questionamento que o autor coloca como centro do desenvolvimento das sociedades e da evolução humana - a passagem do controle social ao autocontrole. A preocupação do sociólogo alemão era compreender o processo civilizatório através da psicogênese e da sóciogênese, que formam a teoria dos processos de civilização, em Elias. Esses dois conceitos, embora se apresentem separados, Brandão (2000) destaca o entrelaçamento existente entre eles, relacionando-os a duas dimensões: a psicogênese com as transformações do comportamento humano e das estruturas de personalidade dos indivíduos e a sociogênese relacionada a uma teoria do desenvolvimento social, do estado e das nações. Portanto,

A teoria dos processos de civilização proposta por Elias, baseia-se na defesa de que, toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do ser individual (psicogênese), produz uma série de transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido. Da mesma maneira, as

diversas transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades (sociogênese), especialmente nas relações sociais, produzem alterações nas estruturas de personalidades dos seres individuais que a compõem. (BRANDÃO, 2000 p. 10-11).

A psicogênese, para Elias, seria capaz de interiorizar a passagem de coação externa para uma forma de autocontrole. Com isso, desenvolve as estruturas da personalidade humana e transforma o comportamento do indivíduo em sociedade. A sociogênese se ocuparia das mudanças sociais que de certa forma, também teria influência nas estruturas psicológicas do indivíduo. Na sociogênese diretamente ligada ao comportamento, o indivíduo como parte da sociedade, estaria condicionado a seguir regras, leis, habitus desta mesma sociedade, do contrário acaba por virar um “estigma”, um sujeito marcado pelo meio, alguém fora dos padrões sociais.

Portanto, entende-se que, para Elias, a psicogênese como as transformações individuais, tem sua origem no controle externo dos sentimentos e das emoções, mesmo que o indivíduo seja influenciado, ele também modifica o meio social em que se encontra, isto é, a sociogênese.

Elias toma o século XVI como ponto de partida para estudar a evolução dos costumes, pelo refinamento das formas, como os indivíduos da sociedade ocidental se comportavam através controle dos padrões de civilidade, polidez e cortesia contidos nos manuais de “etiqueta” da época. O autor percebe que analisando a evolução histórica, cultural e psicológica dos indivíduos seria possível compreender que o processo civilizatório atravessa o tempo e prossegue de geração a geração, num processo evolutivo constante e linear, no qual um conjunto de normas e regras de convivência seriam fundamentais para se viver em sociedade. Segundo Brandão (2000) “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo, recebendo as influências da figuração social em que a criança se encontra mediatizado tanto no plano individual pela psicogênese e no plano social pela sociogênese” (BRANDÃO, 2000, p. 121). Assim, a criança passa a se constituir como ser individual pela psicogênese e ser social pela sociogênese. Sendo assim, para Brandão a teoria dos processos de civilização é “pautada por três níveis de relações estabelecidas pelo ser humano: para com a natureza, para com seus semelhantes sociais e para consigo mesmo. Esses três níveis de relações exigem cada qual, um tipo específico de controle”. (ibidem, p. 121).

Leão (2007) afirma que “a teoria do processo de civilização aponta para o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico e das cadeias de relações formadas pelos indivíduos na sociedade. A primeira dimensão chama-se psicogênese; a segunda, sócio gênese, e ambas encontram-se entrelaçadas” (LEÃO, 2007, p. 21). O próprio Elias afirma que “a psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa 'civilização” (ELIAS, 2011, p. 15).

Em sua teoria sociológica, o autor analisa os processos sociais fundamentado nas relações que os indivíduos, através das suas necessidades básicas de sobrevivência, se orientam e dependem uns dos outros de diferentes formas. Por isso, é que Elias se preocupou em explicar o que leva os indivíduos a construir suas “teias de interdependência” formando as configurações sociais. Ou seja, o “indivíduo” e as “estruturas sociais” podem ter aspectos diferentes, mas são inseparáveis, porque desde o início de suas vidas os indivíduos existem em interdependência, seja biológica, pela necessidade de merecer cuidados por parte dos pais, ou necessidades geradas socialmente, como a divisão do trabalho, competição, ligações afetivas, entre outras, a educação escolarizada que passa a assumir um espaço diferenciado na medida em que a instituição escolar assume o papel deixado pela família.

Segundo Elias, esta postura ocidental de comportamento parte do próprio indivíduo ao construir, dar forma e manter as configurações sociais formadas a partir do momento em que interage socialmente e que são advindas das cadeias de interdependência.

2.4 Civilização e Educação Escolar

Na obra “A Sociedade de Indivíduos (1994), Elias comenta que somente quando a criança pequena está inscrita em uma rede de interdependência, como a família é que ela desenvolve o autocontrole de seus instintos, modela as suas funções mentais e se prepara como indivíduo para enfrentar a vida adulta.

Pilla (2003), ao dizer que a história das boas maneiras está diretamente ligada às regras de como os indivíduos se comportam em sociedade, comenta que “essa história envolve não somente a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros” (PILLA, 2003, p. 16). No decorrer de sua existência a criança,

[...] constrói uma trajetória por meio dos comportamentos considerados típicos no homem ocidental. Procura expor como ocorreu o processo civilizador no Ocidente, suas causas e forças motivadoras. Relaciona a construção de padrões de “bom comportamento” em determinadas épocas à auto-imagem que certas categorias sociais fazem de si mesmas, bem como relaciona padrões estabelecidos com o surgimento de alguns termos como os de cortesia, civilidade e civilização (PILLA, 2003 p. 16)

Assim, durante o processo de socialização e de participação na vida em sociedade, a criança necessita da presença de um adulto, que irá orientá-lo nesta travessia. Nas palavras de Elias, (1994) “[...] somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto” (ELIAS, 1994, p. 27).

Para chegar a este raciocínio, Elias estuda os manuais de civilidade nos quais aponta evidências de uma valorização da infância. Um exemplo é o trabalho de Erasmo de Rotterdam (1446-1536), “De civilitate Morum Puerilium” (Da civilidade das crianças), escrito em 1530. O autor parte como referência dessa obra de Erasmo, um manual de boas maneiras em forma de catecismo que era destinado à educação dos meninos como indicativo de civilidade e refinamento. Quanto a forma e o que continha o texto do tratado de Erasmo, Elias (1994) percebeu que se tratava de um difusor de novos hábitos e comportamentos da sociedade pela sua linguagem clara, polida, apresentando-se um tanto irônica, mas de absoluta precisão.

Segundo Sarat (2009), a Civilidade Pueril

refere-se basicamente a um conjunto de comportamentos que deveriam ser incentivados no processo de instrução, ensino e educação das crianças tendo em vista uma sociedade em que a postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais denotavam o ser dos homens. Erasmo busca construir um discurso colocando politicamente a questão da educação como procedimento indispensável aos processos de integração social (GEBARA e SARAT, 2005, apud SARAT, p. 108)

Leão (2007) comenta que Elias identifica na obra de Erasmo novas regras de comportamento para os homens que queiram viver em sociedade, porque situa a obra

“A Civilidade Pueril”, como um marco para a aprendizagem das regras sociais, no século XVI. Neste sentido, para Leão (2007), em Elias

O conceito de *civilité* é forjado nos escritos literários renascentistas e deve sua difusão à adoção pelas cortes européias, a partir de 1530, de um pequeno tratado intitulado em latim *De Civilitate morum puerilium* (A civilidade em crianças ou A civilidade pueril), de autoria de Erasmo de Rotterdam. Esse livro teve a importância de cristalizar os processos sociais em curso difundindo a prescrição de modos de comportamento, a adoção de maneiras de conduzir a vida e a sedimentação de costumes para a boa educação das crianças (LEÃO, 2007, p. 21).

Ao se referir ao texto de Erasmo, Elias afirma:

Para Erasmo e seus contemporâneos, conforme vimos, o problema não está em esclarecer a criança sobre as relações entre homem e mulher. As crianças descobrem isto por si mesmas através do tipo de instituições e vida social onde crescem. Sendo menor a reserva dos adultos, é menor também a discrepância entre o que é abertamente permitido e o que ocorre por trás da cena. Aqui, a principal tarefa do educador consiste em guiar a criança naquilo que ela já sabe, na direção correta – ou, para ser mais exato, na direção desejada por ele, educador (ELIAS, 2011, p. 174).

Na análise de Elias sobre a sociedade da corte, o autor se preocupa em construir uma teoria dos processos civilizadores, a partir de dados apresentados nos dois volumes da obra, discutindo a passagem do controle social ao autocontrole na origem de um processo que inicia com o fim do feudalismo, com a formação dos Estados, a monopolização, nos quais a teia de relações se tornou mais complexa, modelando as emoções e provocando um aumento na interdependência entre as pessoas, ocasionada pela divisão de funções na sociedade. Elias discute assim,

O que empresta ao processo civilizador no Ocidente seu caráter especial e excepcional é o fato de que, aqui a divisão de funções atingiu um nível, os monopólios da força e tributação uma solidez, e a interdependência e a competição uma extensão, tanto em termos de espaço físico quanto do número de pessoas envolvidas, que não tiveram iguais na história mundial (ELIAS, 1993 p. 207).

Por isso é que Elias reforça que na sociedade francesa, época de Luiz XIV, era importante controlar as emoções e afetos, porque nessa sociedade uma das regras de sobrevivência os homens deviam “conhecer a fundo suas próprias paixões para poder, na verdade, encobri-las” (ELIAS, 2001, p. 143).

Na atualidade diante da necessidade de se buscar novas interpretações dos problemas da educação, Cerri; Silva (2013) comenta que Brandão (2003) investiga dois movimentos educacionais brasileiros: a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova, a

partir dos conceitos de “figuração” e “interdependência” desenvolvidos por Elias, argumentando que

Discutindo essa teoria dos processos de civilização em sua totalidade, o controle das emoções, enquanto um dos seus principais elementos constituintes, e relacionando esse controle à educação, de maneira geral, e às teorias pedagógicas de maneira específica, assim como as manifestações desse controle nas práticas pedagógicas modernas, acreditamos que estaremos melhorando nossa compreensão da Educação, sem nunca deixarmos de relacionar os conceitos de civilização e Educação (BRANDÃO, 2003, apud CERRI; SILVA, 2013, p. 194).

3 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE ELIAS SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR

As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto. Elas não existem e se movem na realidade com o grau de isolamento presumido pelas pesquisas atuais. Formam, ao lado de outras estruturas, o objeto de uma única ciência humana (ELIAS, 1994, p. 38)

A partir da Sociologia “Figuracional” de Norbert Elias, desde suas reflexões teóricas e conceituais, tais como configurações, redes ou teias de interdependências e processos de longa duração, este terceiro capítulo, como espaço de análise, registra o que vem sendo discutido na área educacional. Busca, ainda, apresentar as ferramentas teóricas (indivíduo e sociedade, escolarização, civilização e racionalização) para a compreensão da educação escolar. Almeja situar e problematizar a Sociologia Figuracional e Relacional de Elias e discutir a aplicabilidade da proposta metodológica do autor na compreensão de fenômenos educacionais contemporâneos.

Importante acrescentar que o tema “educação” é muito complexo para produzirmos uma análise e, reconhecemos, de princípio, as limitações que este tipo de análise enfrenta. A Sociologia Figuracional do autor tende a fazer um movimento de aproximação de duas disciplinas: Sociologia e História, o que contribui para estudos aproximados entre as duas ciências.

Seguimos a linha de pensamento de Elias (1980), quando ele afirma que “a tarefa da pesquisa sociológica é tornar mais acessíveis à compreensão humana estes processos cegos e não controlados, explicando-os e permitindo às pessoas uma orientação dentro da teia social.” (ELIAS, 1980, p. 168-169).

3.1 Leituras da Educação Contemporânea

Entre 1930 e 1945, na História do Brasil inicia um processo de industrialização fundamentado em uma política caracterizada pela ideia de construção de um projeto

nacional com o objetivo de alcançar o desenvolvimento e a autonomia do País. O modelo idealizado de Nação, constituído a partir desse momento, mais relacionado com a consolidação do poder central, se iniciou em 1930 e se confirmou em 1937, durante a gestão de Vargas à frente das decisões do Estado Brasileiro. Período que não mais se tratava de educar as massas, mas de preparar mão de obra especializada para modernizar o País.

Na História da Educação, o período em questão ficou marcado pelas mudanças em que Gustavo Capanema (1934-1945) esteve no exercício de seu mandato no Ministério da Educação, com a missão de criar um projeto cívico pedagógico para formar um “novo homem brasileiro” (GOMES, 2000). Como vimos anteriormente, a campanha de nacionalização com forte repercussão nacional visava reformular a concepção de ensino no intuito de centralizar e padronizar o Sistema Nacional de Educação e, conseqüentemente, levar o País a uma nova ordem social.

Neste contexto, a escola era vista como um espaço de construção de identidades e configurava uma escola voltada para a elite. Assim, tanto na História do Brasil, como na História da Educação, podemos verificar que a educação era usada para difundir o (mito) **ideal de sociedade** com o único propósito de fomentar o desenvolvimento da indústria nacional.

Poderíamos, aqui, para esta análise trazer exemplos sob a forma de narrativas que constam nos livros da história da educação brasileira e que demonstram a articulação dos valores que, simplesmente, interessavam aos setores dominantes da época. Valores que serviam para demonstrar e legitimar um discurso de que a Educação resolveria todos os problemas do Brasil, refletindo um ideário de sociedade. Um exemplo disso é o pronunciamento do ministro Gustavo Capanema, realizado no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro de 1937, durante a cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal, que reflete o papel da política educacional na gestão Vargas

[...] precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. [...] Dentro dessa orientação, cuidou-se de ampliar as possibilidades do Estado em todos os graus da instrução e ramos do ensino. Houve sempre [...] convicção de que educar não é apenas transmitir conhecimento ou conferir diplomas de capacidade intelectual.” [...] O preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema [...]. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar

com o Governo para formar os técnicos de que tanto carecemos (BRASIL, 1937, p. 9-10).

Ou podemos buscar nas obras literárias e autobiográficas da literatura brasileira, na qual o Modernismo que buscava por um "Brasil Real", se mescla com a busca de um "Brasil real" também na política e na vida em sociedade, através do verso e da prosa que abrem espaço para a reflexão mais detalhada da representação da criança, da infância, da escola e dos professores, no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Como, por exemplo, o que nos traz Penteado (2001) no estudo da obra de Viriato Corrêa "Cazuza", lançado em 1938, em pleno Estado Novo. No momento em os intelectuais despendiam esforços na reconstrução da nação, Corrêa presenteia a todos com seu livro Cazuza – a verdadeira história de um menino de escola que representava a construção do pequeno cidadão, homem de amanhã: trabalhador, disciplinado, honesto, infatigável defensor das virtudes, amante da pátria e da família – amor que deveria vir exatamente nessa ordem.

Assim, a literatura brasileira está repleta de obras que traduzem bem a realidade brasileira, fornecendo subsídios para que se conheça o Brasil do final do século XIX até meados do XX. Os relatos encontrados na literatura infantil personificam a infância e derrubam por terra mais um **mito** - a imagem de uma **infância feliz**. Demonstrando que as experiências de infância acompanham o indivíduo por toda a sua vida. Um outro exemplo sobre a representação da criança, infância e da família, nos é trazida por Graciliano Ramos, na obra "Infância", vivida no sertão brasileiro, na qual

[...] A personalidade violenta de Sebastião Ramos é, frequentemente, destacada por Graciliano que o via não como um pai, mas como um padrasto, marido de sua mãe, uma mulher que desprezava e odiava os filhos. São da infância do escritor as lembranças de dias sofridos, de pancadas, de castigos extremos e de toda sorte de humilhações que tinha origem dentro da própria família, que o nomeia de bezerro encourado e de cabra-cega, segundo ele, por conta de sua feiura, desengonço e de uma doença nos olhos que o cegou temporariamente (MARTINS apud RAMOS, 2013, p. 20-21).

Dois discursos que servem para legitimar a urgência de se dar ênfase a novas interpretações do sujeito na sua relação "eu" e o "mundo" e a necessidade de se perceber que a visão de mundo eliasiana exige que deixe de pensar em termos "[...] de conceitos, como material/ideal, objetivo/subjetivo ou coletivo/individual". (CORCUFF, 2001, p. 11). Por isso, é que os novos estudos apontam para uma nova construção da realidade social que segundo Corcuff (2001) exige que 'os sociólogos se esforcem para

sair de caminhos muito bem balizados”. (CORCUFF, 2001, p. 18). Isso, nos abre espaço para novas interpretações dos problemas, como a educação escolar.

Percebe-se que o tema educação é muito complexo de se analisar, visto que, desde a vinda dos jesuítas para o Brasil, até os dias atuais, passou por várias construções. Em alguns momentos, pode-se verificar que a educação brasileira prosperou, mas em outros apenas se inspirou em modelos adotados por outros países, se esquecendo de que a realidade brasileira é totalmente diferente.

Nesse sentido, em meio a esse ideal de sociedade, a escola se torna objeto de disputa entre as classes dominantes e deixa de cumprir o seu verdadeiro papel, que é o de ser um espaço no qual os alunos possam se apropriar do todo conhecimento produzido pela humanidade. Assim, se cumpriram os propósitos surgidos com a Revolução Francesa, de um ideal de escola pública com princípios de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Uma escola voltada para a humanização dos sujeitos. Sem isso, é necessário rever a importância da função da instituição escolar, com suas formas de gestão, métodos de ensino.

Diversos estudos recentes problematizam a escola, o currículo, as políticas educacionais e poucos estudos abordam relações entre os sujeitos. Dessa forma, as críticas feitas ao funcionamento da escola, em geral, se tornam pertinentes, tendo em vista que a instituição “escola” passa a ser definida como: um modelo idealizado, ou uma agência controladora e modeladora ou como política de Estado (VEIGA, 2009, p. 4). E, pois, o “ser criança” como sujeito fica restrito ao segundo plano, como se esta criança não fizesse parte deste cenário.

Na modernidade, a escola assume o papel de controlar pulsões, de modelar o comportamento dos alunos, de racionalizar gestos e movimentos do corpo. Percebe-se que a educação escolar deve ser trabalhada com o propósito de formar cidadãos conscientes de seus deveres e capacitados a atuar de forma decisiva na sociedade. Isso tende a contribuir para a diminuição das desigualdades na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Até aqui, nosso propósito foi de mostrar o quanto se torna difícil analisar um tema como educação escolar, ainda mais que Elias não tratou em seus estudos do tema infância, criança ou educação escolar, mas o autor no decorrer de sua vida buscou entender a sociedade e o indivíduo. O diferencial no pensamento de Elias é que, além de

sociólogo, seu pensamento possui uma dimensão historiográfica, tendo em vista que muitas de suas reflexões buscam no passado fatos ao analisar a sociedade da sua época. Assim, o autor tenta dar um novo enfoque ao modo de se pensar os fenômenos da contemporaneidade.

A “Sociologia Figuracional” constitui uma abordagem central no pensamento sociológico do autor, porque nos permite analisar fenômenos a partir das relações e acentua a ideia de que os indivíduos e os grupos humanos só podem existir em figurações ou em inter-relações.

Andrea Borges Leão (2007), ao falar de Elias, argumenta que

No campo dos estudos educacionais, o trabalho de Norbert Elias abre caminhos para a compreensão da formação do indivíduo e suas implicações com as apropriações com os objetos da cultura, como os modos de ler e as relações com os livros. [...] Além do mais, a civilidade [...] vai se tornando uma pedagogia do comportamento privado e público ao combinar a aprendizagem das boas maneiras com as bases da instrução elementar, como a letra e a ortografia (LEÃO, 2007, p.10).

Outros autores têm se preocupado com os estudos da História da Educação Brasileira, produzindo intersecções entre a Teoria dos Processos Civilizatórios de Norbert Elias e educação escolar, assim como tentativas de aproximar a Sociologia da História, mais, particularmente, da História da Educação. Cynthia Greyve Veiga (2002), por exemplo, no sentido de buscar novas interpretações para entender a escola e todos os envolvidos no processo de escolarização, acrescenta que

Quando trazemos para debate os problemas da escola, expressos pela vivência de seus sujeitos, precisamos refletir sobre a natureza de seus sujeitos. [...] É possível que isso não seja suficiente. É possível que tenhamos de refletir sobre [...] as configurações sociais que atravessam as práticas escolarizadas e [...] contrariar a lógica racionalizadora dos processos de escolarização (VEIGA, 2002, p.101).

A autora argumenta que para Elias, “a ideia de modernização da sociedade, a partir da organização dos estados modernos, não passa pela infraestrutura econômica, mas por um processo racionalização que afeta as mentalidades e o dispositivo social” (VEIGA, 2002, p. 96).

Com isso, é preciso rever as práticas disciplinares e seus elementos de normatização de regras, comportamentos e civilidade, em um período histórico e social onde se formam os indivíduos e os grupos sociais, levando em consideração as suas relações de dependência e interdependência das pessoas em uma sociedade já

estabelecida. Ou seja, em uma “sociedade de indivíduos” que só pode ser entendida nas relações dos indivíduos entre si e com o poder, representado pelo Estado-Nação.

Para Elias (2005), o poder está presente em toda relação, seja entre pais e filhos ou entre o escravo e seu senhor, ainda que estas relações sejam desiguais. Veiga (2009) coloca que o processo civilizador de Elias, não foi algo planejado, mas que a direção tomada se faz rumo ao controle das pulsões e destaca o papel da escola nesse processo, ao dizer que a escola do século XIX

é sintoma das novas demandas sociais na preparação das crianças do povo para a vida adulta. Este foi um momento em que se fez necessária a divulgação dos saberes elementares e da homogeneização de condutas no intuito de racionalizar comportamentos. A institucionalização da escola tornou mais sistematizada as relações de coerção entre adultos e crianças, mesmo porque realizadas fora do núcleo familiar. Desde então o professor ou a professora se fixam como novos personagens na história da infância popular (VEIGA, 2009, p. 4-5).

Xavier e Sarat (2012) comentam que a história da criança e a infância brasileira só podem ser analisadas a partir de três elementos:

a família, a escola e a sociedade. Na família, em geral, a criança tem sua iniciação social, aprende as relações de interdependência e as regras de convívio do grupo a que pertence. Depois, segue para a escolarização que representa o reforço e a legitimação das normas e regras deste grupo social e funciona como continuidade do processo de inserção nas relações de convivência, na produção e reprodução dos comportamentos aprendidos e novos. Deste processo, temos a formação dos grupos sociais e das relações de interdependência que completam a sociedade, conforme Elias (1994b) aponta em *A sociedade dos indivíduos*. (XAVIER; SARAT, 2012, p. 169).

Com relação aos conteúdos e métodos, Veiga (2009) chama a atenção para as disciplinas com conteúdo de apelo estético e o desenvolvimento de um método que considerasse o processo cognitivo da criança e a educação das sensibilidades. Autores como Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852), formarão no final do século XIX e início do XX a base da discussão pela renovação pedagógica da escola nova ou escola ativa.

Desde fins do século XIX as reformas escolares tiveram a preocupação com a ampliação dos conteúdos e introdução de novas disciplinas escolares, bem como a indicação do método intuitivo para o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem. O método intuitivo se opunha a memorização e se fundamentava no uso dos sentidos para o acesso ao conhecimento, nesta perspectiva a relação com os saberes se dá do meio concreto ao abstrato, da exploração das coisas as palavras. Inicialmente sua aplicação ficou conhecida pelo método de “lições de coisas” (VEIGA, 2009, p.8-9).

3.2 Ferramentas Teóricas de Elias para Compreender a Educação

3.2.1 *Indivíduo e Sociedade*

Em Elias, “o conceito de indivíduo se refere a homens interdependentes, mas no singular, e o conceito de sociedade, a homens interdependentes, no plural” (CORCUFF, 2001, p. 38). O autor fundamenta sua teoria na relação indivíduo e sociedade, como essências puras e indissociáveis, conceitos não antagônicos, nos quais a noção de indivíduo não pode ser analisada senão dentro de um contexto mais amplo,

[...] o indivíduo não é considerado como uma entidade exterior à sociedade, nem a sociedade como uma entidade exterior aos indivíduos, logo a sociedade não é encarada como a simples agregação das unidades individuais (individualismo metodológico) nem como um conjunto independente das ações individuais (holismo). (ibidem, p. 38)

Em Elias (1994), “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos”. Indivíduo e sociedade não estão separados uns dos outros, por isso, embora a relação que existe entre indivíduo e sociedade, seja construída historicamente, não significa que seja uma dicotomia. O autor argumenta que para uma análise da configuração e da sociedade, o processo central começa pelo estudo do comportamento humano, da sua evolução e do seu desenvolvimento social.

Segundo Elias (1994, p. X), “o indivíduo não pode ser tomado isoladamente, nem a sociedade pode ser analisada de forma substantiva”. A individualidade é parte de uma transformação social que foge ao alcance do controle pelo indivíduo, ou seja, é uma construção social e histórica que está presente nas práticas de socialização. A análise sociológica da relação existente entre indivíduo e sociedade deve começar pela estrutura desse conjunto, pelo sistema de corporificação,

Todos sabem o que se pretende dizer quando se usa a palavra "sociedade", ou pelo menos todos pensam saber. A palavra é passada de uma geração a outra como uma moeda cujo valor fosse conhecido e cujo conteúdo já não precisasse ser testado. Quando uma pessoa diz "sociedade" e outra a escuta, elas se entendem sem dificuldades. Mas será que realmente entendemos? (ELIAS, 1994, p. 13).

Viana (2001, p. 01) aponta os questionamentos que Elias faz do sentido usual dos termos “indivíduo” e “sociedade”. O que é o indivíduo? O que é a sociedade? Como se relacionam indivíduo e sociedade? Para Viana, Elias tenta buscar respostas, contrapondo-se às duas concepções: a “individualista” e a “coletivista” (ou “holista”) que, segundo Viana, na análise sociológica de Elias, essa forma de pensar dificulta a explicação para determinados problemas que acompanham a história do homem. Em “A Sociedade dos Indivíduos”, Elias coloca que podem

Argumentar, por exemplo, que [...] no curso da história da humanidade, a linguagem ou a organização de associações específicas de pessoas sob forma de Estados tivesse sido deliberadamente criada para esse fim específico por indivíduos isolados, como resultado de um pensamento racional. E, com bastante frequência, ao serem confrontados com fenômenos sociais que obviamente não podem ser explicados por esse modelo, como é o caso da evolução dos estilos artísticos ou do processo civilizador, seu pensamento estanca. Param de formular perguntas. (ELIAS, 1994, p. 14).

Na sua construção teórica sobre a questão indivíduo e sociedade, o autor explora as possíveis configurações e os modos de articulação entre os dois termos e de como lidar com a incômoda figura do indivíduo. Esta relação de interdependência, fica clara na obra “Mozart: sociologia de um gênio”, que mostra a construção de um indivíduo “burguês na sociedade de corte”. Um indivíduo possuidor de características especiais, talento e peculiaridade, que transpõe as barreiras que limitam a ação do homem singular numa sociedade.

Segundo Viana (2001), para os integrantes da concepção do holismo e do individualismo, que tem seu modelo conceitual extraído da biologia, o indivíduo comum não desempenha papel algum, mas, para Elias, o importante é superar esta antinomia entre indivíduo e sociedade. Na verdade, segundo ele, não há um abismo que os separa, pois, “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 13-14).

Landini (2006, p. 96) comenta que, para Elias, “a sociedade é formada por todos nós, sendo cada um de nós um ser entre os outros; não se deve reificar o conceito de sociedade – assim como não se deve reificar o conceito de família, escola etc. A sociedade não pode ser considerada uma “coisa”, mas um grupo formado por seres humanos interdependentes.

Viana (2001) argumenta que podemos observar o parentesco das ideias de Elias com o historicismo. Neste caso, para ele

A sociologia processual de Elias é um historicismo sociológico, pois postula uma especificidade das relações sociais - que possuem leis próprias - e que se transforma historicamente. O indivíduo não é ator desta transformação e sim o conjunto dos indivíduos que formam a sociedade com sua regularidade própria que está acima do indivíduo (VIANA, 2001, p. 8).

3.2.2 *Escolarização*

Norbert Elias oferece contribuições para estudos sobre os processos de escolarização entre os indivíduos. Embora não tenha tratado exatamente em seus estudos sobre a educação escolarizada, o pensamento de Elias não deixa dúvidas da importância das reflexões deste autor para se pensar problemas da atualidade – como a questão do analfabetismo ou a violência nas escolas. A teoria das civilizações permite a problematização das tensões que se formam a partir da coesão social e que se fazem presentes no interior das relações que se estabelecem entre os indivíduos.

Em síntese, pode-se observar que a obra de Elias assume um importante papel nas reflexões sobre o processo de escolarização e suas implicações nas mudanças de comportamento dos indivíduos e da sociedade, já que, na maioria das vezes, a educação escolar possibilita a formação do indivíduo e a sua ascensão social.

Veiga (2002), por sua vez, comenta que ao tratar das disparidades sociais, Elias (1994, p. 20) afirma que “[...] a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimentos”. E, mais ainda, sobre o indivíduo, que este

[...] por nascimento, está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. (ibidem, p. 21)

Conforme a autora, do ponto de vista elisiano pode-se dizer que o contexto é fator determinante para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade, e que isso está diretamente ligado ao processo de escolarização e que estes mesmos indivíduos, embora de forma limitada ainda desfrutam da liberdade de escolha,

Os processos escolarizados disseminaram a prática de produzir e transmitir modelos por intermédio de determinadas imagens que traduziram padrões de comportamento, valores e hábitos, sem dar-se conta de que há outra, aquela imaginada pelos alunos. Na prática unilateral dessa relação instalou-se a

obscuridade. Portanto, preservar a visibilidade é não pôr em risco uma capacidade humana fundamental: a de imaginar, criar fantasias, transgredir – tornar visíveis os nossos sonhos (VEIGA, 2002, p.102).

Portanto, para Elias (2011), o Processo Civilizatório é o processo através do qual o indivíduo torna-se capaz de lidar com as questões do mundo. Isso inclui, não só as questões que envolvem o ensino-aprendizagem, mas também todas as aquisições que o indivíduo obteve neste processo, como ser exemplo, aprender a ser educado, gentil, dócil.

Como diria Veiga (2002) é difícil falar em educação sem falar em Calvino sobre a sua compreensão de escolarização, pela visibilidade. “O visível forma-se mediante imagens que representam algo. A capacidade de elaborar imagens, de produzir pensamentos, refere-se a imaginação, ao sonho, à fantasia” (VEIGA, 2002, p. 102).

Portanto, a escola é o lugar específico para o ato de educar. Sendo assim, a educação é um processo de transformação da cultura, espaço de socialização de saberes e de valores. De acordo com Botto (2010, p. 65) é preciso

Buscar compreender a escola sob o traço do percurso civilizador das sociedades do Ocidente é motivo suficiente para inquirir o ritual escolar. Dialogar sobre o assunto, assumindo-o como tema da educação, poderá, por fim, contribuir para engendrar uma sociedade de hábitos educativos mais inventivos, mas também mais delicados; e, sobretudo, mais solidários. A história da escola terá a continuidade que nós criarmos para ela (BOTTO, 2010, p. 65).

3.2.3 *Civilização*

Renato Janine Ribeiro (2011, p. 9) na apresentação do volume I do livro *O Processo Civilizador*, traz uma questão: — Como os homens se tornaram educados e começaram a tratar-se com boas maneiras? O autor explica que, para Elias, o desenvolvimento dos modos de conduta, o civilizar dos costumes, não ocorre de modo natural, mas se realiza pelo condicionamento e adestramento. À medida que o homem adquire mais responsabilidades estes comportamentos se tornam mais complexos.

De acordo com Pilla (2003, p. 01), encontramos a definição de civilização nos seguintes autores:

A mais importante regra de civilidade é, por muito irrepreensível que se seja, desculpar com facilidade as infrações dos outros e não querer menos a um camarada que dê mostras de falta de cuidado ou de educação. (ERASMO DE ROTTERDAM).

A civilidade é para o espírito o que é a graça para o semblante; é a doce imagem da bondade do coração, sendo esta bondade o que todos desejamos (VOLTAIRE).

Porém, devemos acrescentar que “Civilização”, também é um dos conceitos-chave para a compreensão do pensamento de Norbert Elias, que para o autor não se trata de um estado, mas sim de um processo que atravessa o tempo e continua de geração a geração. Elias comenta que:

[...] A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. Este é o novo elemento manifesto no termo civilisation. Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes. (ELIAS, 2011, p. 59).

Portanto, para Elias (2011), a civilização é um conceito que simboliza a consciência do Ocidente em oposição aos chamados “bárbaros” ou “incivilizados”. Demonstra a crença absurda que as nações têm de que suas sociedades atuais são mais avançadas que as sociedades dita “primitivas”. Elias defende que “a ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos.” (ELIAS, 2011, p. 70).

Elias (2006) argumenta que o homem não chega civilizado ao mundo. Durante a sua existência ele passa por diferentes formas de aprendizado, que se inicia na família e que se estende por diferentes estruturas, como a escola, clubes, partidos políticos, igreja. No momento que a sociedade sofre pressão sobre este indivíduo ele, obrigatoriamente, passa por um aprendizado. E é esse aprendizado, resultado de um processo contínuo de transformações de longa duração, tanto no indivíduo como para as estruturas sociais é que Elias comenta o que torna possível a convivência no mesmo espaço social.

Pilla (2003) comenta que, em Elias (2011), o conceito de civilização pode se referir ao nível tecnológico, às ideias e aos costumes de uma sociedade. Também pode tratar das habitações, das relações entre homens e mulheres, das punições do sistema jurídico ou de preparação dos alimentos.

A autora argumenta que ainda que o conceito de civilização para Elias não possui o mesmo significado em todas as nações do Ocidente, visto que na forma inglesa e francesa o termo se refere a questões políticas, econômicas, religiosas, sociais ou

morais. Já na forma alemã, se refere a fatores intelectuais, artísticos e religiosos (ibidem, p. 03).

Segundo Elias, para uma melhor compreensão do conceito de civilização é preciso que se conheça dois conceitos que o antecederam: cortesia e civilidade:

[...] duas ideias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. Este sentimento já estava presente na sociedade de corte. Encontrava sua expressão aristocrática cortesã em termos de ‘politesse’ e ‘civilité’ (ELIAS, 1990, apud PILLA, 2003, p.03)

3.2.4. Racionalização

A civilização não pode ser vista como um fato isolado, porque reúne ao mesmo tempo uma dimensão psicológica e um mecanismo de racionalização social. Percebe-se que o conceito de civilização traz implícito a hipótese de superioridade de uma cultura sobre as outras. Visto pelo prisma da escola, os conhecimentos adquiridos aliam-se ao aprendizado de outras competências, que coincidem com a transmissão de valores e de saberes. Elias adverte que a racionalidade não tem começo na história do homem. Assim, como também não podemos ter certeza do ponto inicial de quando os seres humanos foram totalmente irracionais.

A racionalização, segundo Elias (1993), seria o que conhecemos pelos nomes de “vergonha” e “repugnância” ou “embaraço” (ELIAS, 1993, p. 242). Portanto, o processo de individualização é específico de cada um, o indivíduo possui uma ‘racionalidade’ que lhe permite adequar suas condutas, a partir do contexto em que se encontra inserido. Aqui, se encontra uma das maiores contribuições de Elias para a compreensão do processo civilizatório, o surgimento de uma “autoconsciência”. O que permite pensar que embora a relação entre indivíduo e sociedade tenha sido produzida em condições históricas diferentes, este indivíduo é possuidor de uma consciência interior e autocontrole individual. Talvez isso possa explicar como a sociedade transforma, a coação externa em auto-coação.

Elias (1993) argumenta que “psicologização e a racionalização são responsáveis pela diminuição das pulsões. Com o civilizar dos costumes, com a transformação do campo social, a estrutura das funções sociais e psicológicas se alteram, rumo a racionalização. Assim, em “O Processo Civilizador”, o autor descreve

Lado a lado com essa mudança gradual na totalidade das funções e instituições sociais ocorreu uma transformação da auto orientação individual – inicialmente nos principais grupos da nobreza e da burguesia – na direção de um maior espírito de previsão e de uma regulação mais estrita dos impulsos da libido (ELIAS, 1993, p. 240).

Apontamentos finais

Diante desse quadro no qual procuramos realizar uma síntese dos acontecimentos da História do Brasil, da História Brasileira e da contribuição da Sociologia Elisiana, podemos entender a preocupação intelectual de Elias. Para o autor, é preciso reconhecer que as relações que ocorrem entre as pessoas são tão reais quando o próprio indivíduo.

Portanto, nas notas conclusivas, sistematizaremos as últimas reflexões desse trabalho, ressaltando a importância do autor e as suas contribuições para o pensamento sociológico e de como a Teoria Elisiana possibilita o diálogo com a temática da educação escolar.

NOTAS CONCLUSIVAS

A infância precisa ser mais protegida, quer contra a ignorância, quer contra as moléstias [...] Assim sendo, cabe por enquanto à escola o principal papel na proteção da infância.

Vida Escolar, ano II, 15/04/1908, apud VEIGA

A partir da Teoria dos Processos Civilizadores, o objetivo principal deste ensaio foi observar na História do Brasil, na História da Educação Brasileira elementos para novas interpretações dos fenômenos educacionais. Na primeira parte, destacamos os principais acontecimentos da sociedade e da História da Educação no período de 1870-1970. Um cenário importante para a compreensão do lugar da criança, da infância e da função social da escola. Cenário este, no qual buscamos por indícios de um processo civilizador.

Na segunda parte, realizamos uma síntese dos principais conceitos de Elias para o pensamento sociológico com apoio dos manuais de boas maneiras e das contribuições de comentadores de Elias. Na terceira parte, na tentativa de aproximação entre a Sociologia e a História, buscamos fazer uso da Sociologia Figuracional do autor, das suas reflexões teóricas e conceituais como configurações, redes ou teias de interdependências e processos de longa duração, no sentido de discutir a aplicabilidade da proposta metodológica de Elias para a compreensão de fenômenos educacionais da atualidade.

Seguindo Elias, e na tentativa de buscar respostas para as questões propostas inicialmente, compreendemos a perspectiva de análise do autor quando estuda os manuais de civilidade e aponta evidências de valorização da infância. A perspectiva de análise de Elias não está centrada em um “eu” isolado, mas sim numa perspectiva de “nós”, o que possibilita, aos pesquisadores dar um novo enfoque para os problemas da sociedade. Durante as leituras tivemos a preocupação de ser fiel ao pensamento do autor e de seguir algumas pistas deixadas por ele.

Elias (2001) afirma: “[...] eu queria de fato [...] levantar o véu das mitologias que mascara nossa visão da sociedade, a fim de que as pessoas pudessem agir melhor e

de maneira mais sensata; pois tinha a convicção de que uma visão assim deforma o olhar que se tem sobre as coisas”. E exemplificou o que acreditava serem mitologias:

Deparei-me com a primeira mitologia ainda criança, vendo o imperador, ouvindo todo o tipo de coisa sobre a grandeza da Alemanha, [...]. Ouvia a propaganda nacionalista, a propaganda de guerra, que provavelmente desempenhou um imenso papel; pois quando experimentei a vida no front, as coisas eram bem diferentes da visão que forneciam muitos jornais de guerra. Mais tarde em Heidelberg, pude constatar que as doutrinas dos partidos de esquerda eram quase todas marcadas por idealizações e ideologias equivocadas. Posso então dizer que minha convicção de que é preciso erguer o véu que oculta os conceitos remonta muito longe em meu passado (ELIAS, 2001, p. 45-46).

Em sua reflexão, Elias segue dizendo “[...] eu gostava da sociologia porque ela acenava com a possibilidade desse desvelamento”. O sociólogo acreditava que sua Teoria dos Processos Civilizadores pode ser útil para descortinar o véu de uma “sociedade de indivíduos” que tentam mascarar a realidade. E, afirma qual o papel do sociólogo neste sentido: ser um destruidor de mitos. No decorrer deste estudo, nos deparamos com três mitos: “mito da criança feliz”, “mito da escola perfeita” e “mito da sociedade ideal”.

Ao longo das leituras, percebemos que, ao buscar refletir sobre o ser humano e sua vida em sociedade, a relação entre ambos e como o indivíduo se relaciona com o todo. Elias, procura observar aspectos pertencentes a essa realidade, tanto sociológicos e históricos, como psicológicos. Sua tese é de que a “[...] condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem”. Ele entende a civilização como um processo, como um civilizar dos costumes. Por isso, ao estudar o homem é preciso recorrer a uma gama de documentos e ciências, como nos traz Renato Janine Ribeiro, na apresentação do vol. II do Processo Civilizador, que bem antes de Foucault, Elias (1993) entende “[...] todo e qualquer texto ou mesmo um gesto de um pensador merece, por princípio, a atenção de quem o estuda, e da mesma forma os dos não pensadores” (ELIAS, 1993, p. 9).

Neste momento, a curiosidade me traz outros questionamentos:

Como se constrói esse conhecimento, como aprendemos no decorrer do nosso processo evolutivo? Será que Elias estava certo ao dizer que o equilíbrio do poder se configura como o motor de todas as relações humanas? Será que utilizamos erroneamente nossos conceitos? Nos deixamos levar por uma outra interpretação do

conceito de ideologia ou será que apenas desviamos nosso olhar para o que realmente precisava ser visto, discutido, problematizado?

No século XIX, o Estado se propôs a construir uma Nação soberana e civilizada, na qual seus cidadãos fossem livres e iguais. Inicialmente, esta construção passou pelo Estado no processo civilizador, na tentativa de formar uma certa homogeneidade sociocultural – formar um novo homem, civilizado e de pele clara. Um modelo de sociedade ideal que para ter seu objetivo alcançado, passava pela educação.

A idealização de um modelo de professor, de aluno e de escola, de família foram “lentamente” desviando o nosso pensamento do que precisava ser discutido – as relações de dominação entre adultos e crianças, que são responsáveis pelas tensões que ocorrem não só na família, nas escolas, no trabalho, perpassam por todas as estruturas. Os problemas das escolas e das famílias não de ordem estritamente privada, mas dizem respeito ao Estado e à sociedade, se tornando um problema sociológico, que precisam ser tratados com políticas públicas voltadas para a solução dos problemas.

Mas, o fim do século XIX nos trouxe novas preocupações, agora com relação aos métodos de ensino. Surge o método intuitivo, fundamentado nos sentidos e que leva em consideração o processo cognitivo da criança. Uma crítica à racionalidade, anunciando a necessidade de um equilíbrio entre a razão e a sensibilidade. Cambi (1999) diz que o pensamento de Pestalozzi “se inscreve no seio da tradição humanista, influenciada pelo Iluminismo em seus ideais de formação e marcada pela influência do Romantismo nos aspectos de fomentar uma cultura “espiritualista, tradicionalista e liberal ao mesmo tempo” (CAMBI, 1999, p. 415). Nas primeiras décadas do século XIX, vimos o método intuitivo ser utilizado por meio da “escola nova”.

Esclarecemos que se faz necessário essa breve recapitulação, para dizer que talvez a maneira como que se vem realizando pesquisas não está nos proporcionando ter uma visão mais clara dos pontos que precisam ser revistos. Elias nos propõe olhar de outro ângulo. Nas palavras do autor

Uma teoria dá ao homem que se encontra no sopé da montanha, a visão que um pássaro tem dos caminhos e relações que esse homem não consegue ver por si próprio. A descoberta de relações previamente desconhecidas constitui uma tarefa central da investigação científica. Tal como os mapas, os modelos teóricos mostram as conexões entre acontecimentos que já conhecemos. Como os mapas de regiões desconhecidas, mostram espaços em branco onde ainda não se conhecem as relações. Como os mapas, a sua falsidade pode ser demonstrada por uma investigação ulterior, podendo ser corrigidos. Talvez se deva acrescentar que, contrastando com os mapas, os modelos sociológicos

devem ser visualizados no tempo e no espaço, como modelos em quatro dimensões (ELIAS, 1980, p. 175).

Para Elias, ao olhar do alto se tem uma noção bem mais abrangente do que quando se olha de frente. E, os espaços em branco, mostrados no mapa se referem aquilo que ainda nosso conhecimento não alcançou. Mas que podem ser explicados de outra dimensão. E, Elias nos convida a parar e pensar! Na conclusão do volume 2, do Processo Civilizador, comenta que “hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam aos poucos, a se encaixar num quadro consistente da história e do universo humano em geral. (ELIAS, 1993). O autor nos fala que

[...] Somente quando o indivíduo pára de tomar a si mesmo como ponto de partida de seu pensamento, pára de fitar o mundo como alguém que olha de 'dentro' de sua casa para a rua 'lá fora', para as casas 'do outro lado', e quando é capaz – por uma revolução copernicana em seus pensamentos e sentimentos – de ver a si e à sua concha como parte da rua, de vê-los em relação a toda a rede humana móvel, só então se desfaz, pouco a pouco, seu sentimento de ser uma coisa isolada e contida 'do lado de dentro', enquanto os outros são algo separado dele por um abismo, são uma 'paisagem', um 'ambiente', uma 'sociedade'. [...] (ELIAS, 1994, p. 53).

Por isso é que ao término deste trabalho, fica a sensação de que precisamos sempre buscar cada vez mais ampliar o nosso olhar e perceber que não sabemos nada e que a busca pelo conhecimento é um processo contínuo. Apontamos, aqui, para a necessidade de se continuar as pesquisas relacionadas à Teoria dos Processos Civilizatórios ou Teoria da Educação, do autor Norbert Elias, no sentido de estabelecer articulações com outros campos do conhecimento, a fim de se avançar cada vez mais nas pesquisas e discussões sobre civilização, não só para o entendimento da temática da educação escolar, mas com outros problemas que afligem a humanidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/UNB, 1996.

BARBOSA, Sérgio Servulo Ribeiro. A Psicogênese e a sociogênese nas obras de Norbert Elias e a sua relação com a educação no processo civilizatório. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização**, 2005. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/.../art21.pdf> > Acesso em: 06 jan. 2014.

BONEMY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In. PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1998.

BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, núm. 2, 2010, pp. 35-72
Universidade do Minho Braga, Portugal. Disponível em:
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v23n2/v23n2a03.pdf>> Acesso em: 10 maio 2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. A teoria dos processos de civilização de Norbert Elias: o controle das emoções no contexto da psicogênese e da sociogênese. (Tese de Doutorado) Marília, S.P. : Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** . Brasília: 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Discursos do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema**. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CERRI, Fernando Luis; SILVA, José Alexandre. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: biografia, conceitos e influências na pesquisa educacional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 171 – 198. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.5965/1984723814262013171>>. Acesso em 06 jan 2014.

CORCUFF, Phillippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: Edusc, 2001.

ELIAS, Norbert.. **O processo civilizador**, volume I: uma história dos costumes/Norbert Elias; tradução Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. – 2.ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v 2.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
Disponível em: < [http://minhateca.com.br/Eduardo.Andre.GS/leituras/norbert-elias-a-sociedade-dos-individuos\(1\).16563122.pdf](http://minhateca.com.br/Eduardo.Andre.GS/leituras/norbert-elias-a-sociedade-dos-individuos(1).16563122.pdf)> Acesso em: 06 mar.2014.

_____. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

_____. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

GALLO, Sílvio; MORAES, José Damiro de. Anarquismo e educação – A educação libertária na Primeira República. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol. III - século XX.** 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 87-99.

GOUDSBLOM, Johan. “Pensar com Elias”. in: Alain Garrigou e Bernard Lacroix, **Norbert Elias: a política e a história,** São Paulo, Perspectiva. 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia . A sociologia de Norbert Elias. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,** v. 61, p. 91-108, 2006. Disponível em: < ηττπ: //www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf> Acesso em 06 jan. 2014.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 96 p. -(Pensadores & Educação, 11). Disponível em: < <http://copyright.me/.../Norbert%20Elias%20e%20a%20Educação%20-%20An...>> Acesso em: 26 mar. 2014.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. (org). **Livro de estudo.** Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005. 36p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/mod1est2unid2.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2014.

MARTINS, Georgina. Graciliano Ramos de Oliveira a sombra da infância. In: **Revista Teias** v. 14 • n. 31 • 20-33 • maio/ago. 2013 Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/.../>> Acesso em: 10 mai. 2014.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; LINHALES, Meily Assbú. Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882-1927) **Revista Brasileira de Educação,** vol. 16, núm. 47, mayo-agosto, 2011, pp. 389-408.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27519919007>> Acesso em: 26 mar. 2014.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. Leitura Infantil, História e Educação: um estudo da obra Cazuza. In: Dissertação de Mestrado. – Univ. Campinas. 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000241395>> Acesso em: 10 maio 2014.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim . Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista**. Vol. 09, dez. 2003. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_09_maria_pilla.pdf Acesso: 26 mar. 2014.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. Introdução. In. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Cultura política e o pensamento autoritário**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**.37. Ed. - Petrópolis: RJ, Vozes, 2012.

ROSA, Josineide. A construção da Brasilidade: a política educacional no Governo Vargas 1930-1945. – **Revista Multidisciplinar**, nº 04- dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista4/publi-art2.php?codigo=1>> Acesso em: 26 mar. 2014.

SARAT, Magda. Relações entre gerações e processos “civilizadores”. In: **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. / Jones Dari Goettert, Magda Sarat (Orgs.). Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009. 272p. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/sobre-processos-civilizadores-dialogos-com-norbert-elias-magda-sarat-e-reinaldo-dos-santos-orgs./at_download/pdflivro> Acesso em: 06 jan. 2014.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VALDEMARIN, V.T. Método intuitivo: Os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado”. In: SOUZA, R.F.; VALDEMARIN. V.T. e ALMEIDA, J.S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: FCL/Unesp, 1998, pp. 63-106. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.h.> Acesso em: 06 jan. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. In: **Trabalho apresentado na sessão especial realizada na 25ª Reunião Anual da ANPED**, (Caxambu, MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002). p. 90-170. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413 > Acesso em: 26 mar. 2014.

_____, **A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX):** questões teórico-conceituais. In: XII Simposio Internacional Processo Civilizador, 2009, v. 1. p. 1-15. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/.../MR_Veiga.pdf > Acesso em: 06 jan. 2014.

VIANA, Nildo. **Indivíduo e Sociedade em Norbert Elias.** Estudos/UCG, Goiânia, v. 28, n. 5, p. 931-946, 2001. Disponível em: <[http://informecritica.blogspot.com/.../individuo-e-sociedade-.>](http://informecritica.blogspot.com/.../individuo-e-sociedade-.) Acesso em: 26 mar. 2014.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. **R. Fac. Educ**, São Paulo, v.24, n.1, p.70-86, jan./jun., 1998. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/download/59614/62711> > Acesso em: 26 mar. 2014.

XAVIER, Nubea Rodrigues: SARAT, Magda. Infância, literatura e o processo civilizador da escola. In: **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias.** / Jones Dari Goettert, Magda Sarat (Orgs.). Dourados, MS : Editora da UFGD, 2012. 272p. -Cap. IX , p. 169-200. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/sobre-processos-civilizadores-dialogos-com-norbert-elias-magda-sarat-e-reinaldo-dos-santos-orgs./at_download/pdflivro > Acesso em: 06 jan 2014.